REFLEXÃO

ORIGINAL

Editores
Ceci Maria Costa Baptista Mariani, Breno Martins Campos

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

Recebido
20 jul. 2025

Versão Final
28 maio 2026

Aprovado
18 jun. 2026

Selos ou logotipos de igrejas evangélicas brasileiras depois de 1955: origens, análises e interpretações

Brazilian evangelical labels or logotypes after 1955: origins, analysises, and interpretations

Helmut **Renders**[1]

[1] Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, São Paulo, SP. *E-mail*: <helmut.renders@gmail.com>.

Como citar este artigo: Renders, H. Selos ou logotipos de igrejas evangélicas brasileiras depois de 1955: origens, análises e interpretações. *Reflexão*, v. 51, e2616518, 2026. https://doi.org/10.24220/2447-6803v50a2026e16518.

Resumo

O artigo analisa a ascensão e consolidação dos selos e logotipos de igrejas evangélicas brasileiras, destacando seu crescimento expressivo entre 1951 e 1987, assim como entre 2000 e 2014. Ele investiga a construção e função desses elementos visuais no contexto da cultura religiosa, considerando sua relevância na afirmação identitária e na diferenciação institucional em um ambiente religioso competitivo. A abordagem metodológica fundamenta-se no método iconológico de Erwin Panofsky e nas fórmulas de páthos de Aby Warburg, examinando como esses selos derivam de tradições heráldicas, emblemas e outras expressões simbólicas. O artigo situa esse fenômeno dentro da chamada "virada icônica" ou da ascensão da cultura visual na sociedade como toda, identificando-o como um processo de abrasileiramento da cultura visual evangélica e como reflexo da necessidade crescente de diferenciação visual no campo religioso. Assim, o artigo contribui para a compreensão dos desdobramentos visuais da identidade evangélica no Brasil e de sua reconfiguração frente às dinâmicas contemporâneas do campo religioso.

Palavras-chave: Aby Warburg. Cultura visual evangélica. Emblemática e heráldica pessoal. Erwin Panofsky. Selos e logotipos institucionais.

Abstract

The article examines the rise and consolidation of seals and logos used by Brazilian evangelical churches, highlighting their significant growth between 1951 and 1987, as also between 2000 e 2014. It explores the construction and function of these visual elements within the context of religious culture, emphasizing their role in identity affirmation and institutional differentiation in an increasingly competitive religious landscape. The methodological framework is grounded in Erwin Panofsky's iconological method and Aby Warburg's pathos formulas, analyzing how these seals derive from heraldic traditions, emblems, and other symbolic representations. Additionally, the article situates this phenomenon within the so-called "iconic turn" or the ascension of visual culture in society, interpreting it as a process of cultural adaptation and as an indication of the

CC BY

growing need for visual representation in religious contexts. Thus, the article contributes to the understanding of the visual dynamics of evangelical identity in Brazil and its reconfiguration in response to contemporary religious transformations.

Keywords: *Aby Warburg. Evangelical visual culture. Personal emblems and heraldry. Erwin Panofsky. Institutional seals and logos.*

Introdução

A representação visual de indivíduos, categorias de funcionários, crenças, grupos e instituições religiosas cristãs desenvolveu-se desde os primórdios do cristianismo, alcançando, ao longo dos séculos, um nível altamente diversificado. Esse desenvolvimento acompanhou tanto o crescimento das complexidades institucionais quanto as variações nas linguagens culturais e regionais. Trata-se de sistemas simbólicos que desempenham múltiplas funções, tais como a representação de identidades, a demarcação de territórios e zonas de influência, e a expressão de desejos ou realidades – ou, frequentemente, uma fusão entre ambos. Nesse sentido, sua função não se distancia significativamente da heráldica, seja ela imperial, régia, aristocrática ou militar. Paralelamente, esses signos visuais também atuam na constituição de comunidades, reunindo e acolhendo indivíduos ao redor de uma identidade comum, ou, em sua forma mais elementar, fornecendo uma primeira orientação para aqueles que os contemplam. Em nossa abordagem, propomos rememorar as origens dessa linguagem religiosa, que, quando considerada em seu conjunto, constitui um gênero específico das linguagens religiosas visuais. Pretendemos identificar alguns desdobramentos até alcançar o fenômeno particular da explosão iconográfica dos selos e, eventualmente, dos logotipos religiosos evangélicos no Brasil, a partir da década de 1970, tornando-se um fenômeno amplamente difundido na década de 1980.

Uma vez que tratamos de um suposto gênero próprio de linguagem religiosa visual, torna-se necessário abordar nossas escolhas terminológicas, considerando que, ao longo do processo de diversificação e aplicação variada, emergiram distintos nomes, concepções e até mesmo conceitos para sua designação, frequentemente empregados de maneira retrospectiva. A ideia de *emblema religioso*, como símbolo representativo do cristianismo como tudo, remonta à Antiguidade; a concepção de *heráldica religiosa* familiar, aplicada em brasões e escudos, ou com outras representações visuais em prédios, associadas a instituições religiosas, como ordens religiosas, predominou no período medieval; a noção de selo religioso, entendido como símbolo oficial de uma ordem, igreja ou instituição religiosa, fundamenta-se nas práticas antigas e medievais de autenticação documental, sendo amplamente relevante na modernidade. Já o conceito de *logotipo religioso* emerge na modernidade tardia, momento em que a necessidade de visualização de identidades específicas se encontra com o advento das marcas em um contexto de mercado. Mantemos as designações distintas, lembrando que se trata de diferentes denominações de um objeto de pesquisa parecido, a representação visual de grupos, ordens e instituições religiosos e usamos elas para estruturar o texto em seções. Como metodologia usada para a interpretação dos selos ou logotipos evangélicos brasileiros seguimos interpretando seus motivos e elementos na perspectiva warburguiana de *formulas de páthos*[2] dentro da concepção do método iconológico de Panofsky (1991).

[2] A tradução para o português segue literalmente o original alemão *Pathosformeln*. É importante lembrar que a palavra latina *formula* é um diminutivo de *forma* e significa "pequena forma". As fórmulas de *Páthos* são, em geral, fragmentos de motivos completos, ou seja, elementos como gestos, características das vestimentas, expressões faciais ou posturas corporais.

Selos e logotipos institucionais evangélicos do Brasil

O presente artigo tem como objeto de estudo alguns selos ou logotipos institucionais de igrejas evangélicas brasileiras. Atualmente, são amplamente utilizados por igrejas protestantes históricas, pentecostais e neopentecostais no Brasil. No entanto, entre as igrejas históricas e pentecostais, tal prática nem sempre foi comum, diferentemente das igrejas neopentecostais, que já emergem acompanhadas por uma representação iconográfica consolidada. Diante da ampla diversificação do campo religioso evangélico no Brasil, este estudo delimita sua análise a cinco igrejas históricas: Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB; Figura 1 A e 3B); Igreja Metodista (IM; Figura 1C); Igreja Metodista Independente do Brasil (IPI; Figura 1D e 2C) e Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB; Figura 2A), e Igreja Batista do Brasil (IBB; Figura 3C); duas igrejas pentecostais: Igreja Metodista Wesleyana (IMW; Figura 1B e 3A) e Assembleia de Deus (AD; Figura 3D); e uma igreja neopentecostal: Igreja Universal do Reino de Deus (IURD; Figura 2D). Dessas igrejas, trazemos alguns exemplos de atualizações iconográficas, quase todas do novo milênio[3].

Iniciamos com uma consideração sobre as fontes. No âmbito dos estudos acadêmicos, especialmente sob a perspectiva das Ciências da Religião, observa-se que os selos ou logotipos institucionais de igrejas evangélicas brasileiras constituem um objeto de investigação ainda marginalizado. As referências disponíveis consistem, em grande parte, em descrições pontuais dos significados atribuídos a tais elementos visuais, geralmente divulgadas em páginas eletrônicas de comunidades religiosas locais ou de suas respectivas denominações. Apenas em um caso específico – correspondente à Figura 1C – identifica-se a citação explícita de uma fonte acadêmica (Maynard, 1996). Desse modo, pode-se afirmar que, em termos gerais, essas representações visuais são fruto de comunicações institucionais de caráter interno, posteriormente compartilhadas com o público de maneira digital, e cuja função educativa limita-se a uma alfabetização visual básica. A explanação do processo histórico (Figuras 1C e 2A) e/ou técnico (Figuras 3C e 3D) relacionado à elaboração desses símbolos é disponibilizada por algumas igrejas de tradição histórica (Figuras 1A, 1C e 2C). Ademais, algumas das instituições aqui citadas oferecem orientações sobre a reprodução fiel desses elementos, com vistas à preservação de sua identidade visual (Figuras 1C, 2A e 3B).

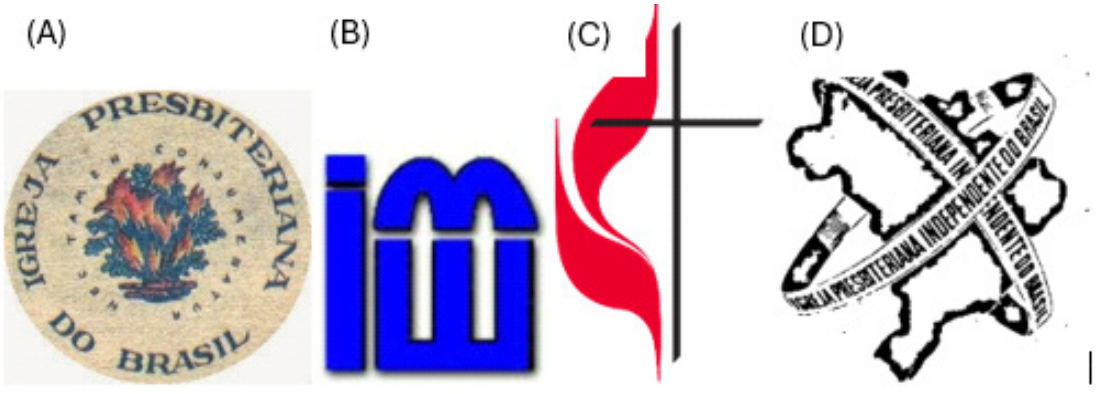


Figura 1 – Logotipos de igrejas protestantes e pentecostais no Brasil I.

Nota: 1A – Logotipo da Igreja Presbiteriana do Brasil de 1951. 1B – Logotipo da Igreja Metodista Wesleyana depois de 1967. 1C – Logo da Igreja Metodista de 1968. 1D – Logotipo da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil.

Fonte: Igreja Presbiteriana Primavera (http://www.ipprimavera.com/2014/07/nova-logo-da-ipb.html); Igreja Metodista Wesleyana Central de Juiz de Fora (https://metodistawesleyanacentraljf.blogspot.com/p/historia-imw.html); Igreja Metodista Uni-da (https://www.umc.org/en/content/a-mar%20k-known-the-world-over); Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (1978).

[3] Partimos do pressuposto de que existiu outro selo institucional da Igreja Assembleia de Deus, uma vez que o selo de 2014 é referido como o "novo logo".

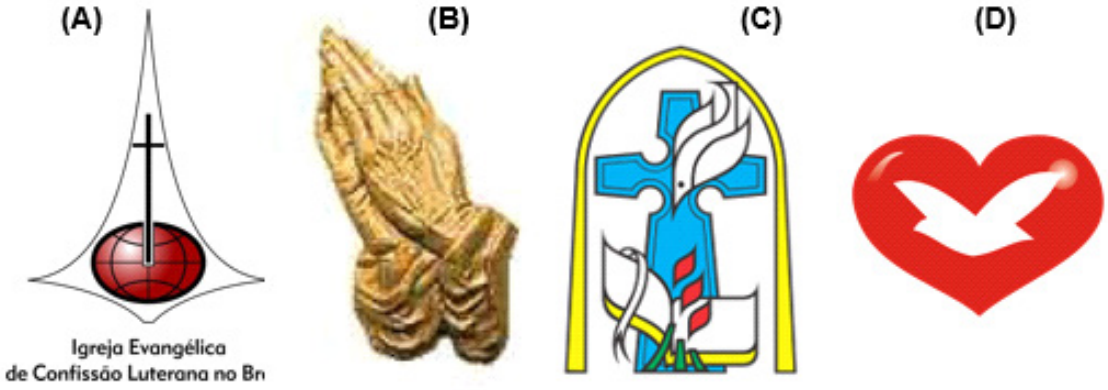


Figura 2 – Logotipos de igrejas protestantes e pentecostais no Brasil II.

Nota: 2A – Logotipo da Igreja Evangélica da Confissão Luterana do Brasil 1969-1972. 2B – Logotipo da Igreja Universal do Reino de Deus de 1977. 2C – Logotipo da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil de 1987. 2D – Igreja Universal do Reino de Deus.

Fonte: Portal Luterano (https://www.luterano.org.br/simbolo-da-ieclb/); Wikipedia (https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Duerer-Prayer.jpg); Igreja Presbiteriana Indepen-dente do Brasil (https://ipib.org.br/downloadsantigos/); Wikipedia (https://commons.wikimedia.org/wiki/File:IURD_dove.svg).



Figura 3 – Logotipos de igrejas protestantes e pentecostais no Brasil III.

Nota: 3A – Novo logotipo da Igreja Metodista Wesleyana. 3B – Novo logotipo da Igreja Presbiteriana do Brasil. 3C – Logotipo da Convenção Batista Brasileira 2010. 3D – Logotipo da Assembleia de Deus, 2017.

Fonte: Igreja Metodista Wesleyana 4A região; Página da Igreja Presbiteriana do Brasil (https://www.ipb.org.br/img/IPB.png); Convenção Batista Sul-mato-grossense (https://batistasms.com.br/denominacao/); Wikipedia (https://pt.wikipedia.org/wiki/Assembleias_de_Deus_no_Brasil) .

Descrições e análises iconográficas

Igreja Presbiteriana do Brasil

O atual selo institucional da Igreja Presbiteriana do Brasil (Figura 3B) é composto pelo nome da Igreja e um desenho da "sarça ardente" ou de um "arbusto flamejante". Nas palavras da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB):

> O arbusto flamejante não é original em sua concepção, pois remonta à revelação de Deus a Moisés em Horebe (*Êx* 3). O texto não identifica o arbusto, era desnecessário. Ele não se consumia, fazendo a atenção ser focalizada na natureza do fogo que não era de origem terrena. Essa aparição era a do "Anjo do Senhor", o mesmo que aparecera a Abraão (*Gn* 16.7-13); e no livro de Juízes em forma humana (caps. 6 e 13); ou conduziria o povo como uma coluna de nuvem de fogo (*Êx* 14.19 ou 13.21). Na revelação a Moisés nota-se que Deus trataria seu povo como tratou aquele insignificante arbusto: Ele o santificaria e o reconheceria como seu povo sem destruí-lo, considerando graciosamente sua fraqueza. Como fogo, Deus visita seu novo povo, derramando sobre ele seu Espírito Santo no Pentecostes (*At* 2), o mesmo Espírito que veio sobre Jesus como uma pomba, quando foi Ele manifesto ao mundo no seu batismo (*Mt* 3.16) (Oliveira, 2002, p. 5).

A narrativa apresentada foca numa representação simbólica da revelação divina, o sinal do fogo, e estabelece uma relação com as três pessoas da Trindade, ou seja, apresenta uma leitura doutrinária do texto bíblico. Na versão nova (Figura 3B) desapareceu o lema latino *Nec tamen consumebatur* (Guimarães, 2022), ou "O entanto não se consumia" (Sociedade..., 2017; Figura 1A) o que se refere a *Êx* 3,2. A combinação de motivo e lema do selo antigo (Figura 1A) acompanha a iconografia do brasão heráldico da Igreja Reformado da Escócia em uso até hoje, enquanto no seu logo mais recente o lema também desaparece (Church of Scotland, 2025). Em termos formais, tratava-se orginalmente de um emblema com dois elementos (*pictura e subscriptio*). Enquanto este aspecto se deliu, mantém o motivo a mesma narrativa identitária importante, de uma igreja que surge em um ambiente hostil, porém floresce[4]. Elementos disso transparecem na descrição do motivo por Oliveira, porém, não mais como memória de uma experiência institucional (Guimarães, 2022).

Igreja Metodista Wesleyana

Os selos da Igreja Metodista Wesleyana (Figuras 1B e 3A) evidenciam uma transição significativa no foco institucional da denominação. O selo anterior, constituído pelas iniciais do nome da igreja dispostas de forma a compor a imagem estilizada de um templo, embora desprovido de referências bíblicas explícitas, remete duplamente à própria tradição religiosa metodista. Em contraste, o novo símbolo apresenta apenas uma alusão institucional: a narrativa do "coração estranhamente aquecido" de John Wesley, evocada de maneira sutil. Predomina, nesse novo emblema, uma iconografia cristã clássica, representada pela imagem de uma cruz erguida sobre um globo terrestre. Esse motivo compõe o núcleo da representação de *Christus Salvator Mundi*[5] – figura amplamente difundida entre católicos e protestantes desde o período renascentista –, na qual Cristo sustenta, com a mão esquerda, um globo encimado por uma cruz. Tal composição remete à iconografia imperial e colonial, ainda que encoberta por uma nomenclatura que sugere exclusivamente uma perspectiva soteriológica. Esse deslocamento simbólico no logotipo representa uma alteração paradigmática: da afirmação identitária e eclesiástica da igreja, centrada em si mesma, para uma abordagem voltada ao compromisso missional, enfatizando sua atuação externa. O objetivo implícito é a formação de indivíduos que vivenciem uma experiência espiritual profunda, marcada por um "coração abrasado" pelas chamas do Espírito Santo.

Igreja Metodista

O logotipo da Igreja Metodista no Brasil tem sua origem na insígnia da Igreja Metodista Unida, concebida em 1968 e amplamente conhecida como "Cruz e Chama". Este emblema foi elaborado com o propósito de representar, simultaneamente, a obra redentora de Cristo e a atuação do Espírito Santo enquanto consolador e santificador. Além de seu conteúdo teológico, o símbolo também marcou, naquele contexto, a fusão de diversas denominações metodistas nos Estados Unidos. Sua incorporação pela Igreja Metodista brasileira ocorreu de maneira gradual, favorecida pelo movimento de avivamento espiritual e respaldada pelo apoio institucional do departamento

[4] Na mesma direção apontam as variações do lema, como, por exemplo, o uso de *Flagror, non consumor* ("Ardo, sem me consumir") no logotipo da Igreja Presbiteriana da Irlanda, ou de *Ardens sed virens* ("Flamejante, contudo fecundante") pela Igreja Reformada da França (Fox-Davies, 1915, p. 208, 209, 654).

[5] Na Renascença, houve uma retomada da iconografia do Cristo Pantocrator, tradicionalmente repre-sentado em busto, frontal, com olhar direto, globo na mão e gesto de bênção. Essa iconografia foi usada por católicos e protestantes, sob a forma do Cristo Salvador do Mundo (*Salvator Mundi*), es-pecialmente nos primeiros séculos da época colonial.

de evangelização do Conselho Mundial Metodista. A consolidação oficial do logotipo como símbolo identitário no Brasil pode ser associada à sua presença na capa dos Cânones da Igreja Metodista de 1982 (Renders, 2018). Assim como o logotipo da Igreja Presbiteriana do Brasil, a imagem da Cruz e Chama apresenta dois níveis de significação: no primeiro plano, contém elementos de inspiração bíblica; no segundo, revela uma dimensão institucional relevante. Enquanto nos Estados Unidos o símbolo apontava para a unificação de ramos da tradição metodista, no Brasil, seu conteúdo passou a enfatizar especialmente a obra do Espírito Santo (Igreja Metodista, 2013). Essa reinterpretação tornou-se possível graças ao caráter polissêmico da imagem. Curiosamente, a adoção do símbolo estadunidense coincidiu com o avanço da autonomia e da consolidação identitária da Igreja Metodista brasileira frente à sua antiga igreja-mãe. Esse aparente paradoxo pode ser compreendido à luz de sua trajetória de apropriação comunitária: o uso popular antecedeu sua oficialização institucional, indicando um movimento de assimilação "de baixo para cima", não derivado de deliberação conciliar. Do ponto de vista iconológico, a não institucionalização prévia do símbolo confere-lhe uma força performativa significativa, reforçando sua legitimidade diante da vivência comunitária dos fiéis, ainda que não atinja o status de uma imagem sacralizada ou "miraculosamente revelada". Esse processo evidencia a complexa articulação entre tradição e inovação dentro da Igreja Metodista, demonstrando como os signos visuais podem adquirir significados renovados ao longo do tempo, à medida que são ressignificados pelo uso e pela experiência coletiva (Renders, 2014).

Igreja Evangélica da Confissão Luterana do Brasil

O logo da Igreja Evangélica da Confissão Luterana do Brasil (IECLB; Figura 2A) tem também uma história de criação única.

Lemos a respeito na página da IECLB:

> A IECLB adotou o seu símbolo em 1972. O Conselho da Igreja promoveu, na época, uma campanha para a elaboração de um símbolo da IECLB. Várias propostas foram apresentadas, nenhuma, porém tão representativa quanto o símbolo elaborado dois anos antes para a *V Assembléia Geral da Federação Luterana Mundial*. Esta assembléia, que estava prevista para Porto Alegre, mas foi transferida para Evian, na França, tinha como tema *Enviados ao Mundo*. [...] A cruz, colocada sobre o globo, lembra que Cristo é o Senhor do mundo. Ele está acima de tudo. Todas as pessoas são chamadas a segui-lo. A cruz vazia lembra que Cristo morreu por cada um/a de nós, mas está vivo e acompanha seu povo no dia-a-dia. O globo realça a dimensão ecumênica da IECLB e mostra que o Evangelho de Cristo deve ser divulgado e vivido em todos os lugares da terra. Nós fazemos parte desse mundo e, na liberdade que Cristo nos concedeu, também somos responsáveis diante de Deus e do próximo por justiça, paz e integridade da criação. O contorno que envolve o globo e a cruz e lembra as colunas do Palácio da Alvorada, em Brasília, aponta para o contexto no qual a IECLB dá a razão da esperança que a anima, a saber, o Brasil, com seus múltiplos desafios sociais, políticos, econômicos, ecológicos e culturais. Chama também a atenção para o desafio constante de a IECLB ser missionária em todos os recantos do País (Igreja Evangélica da Confissão Luterana do Brasil, [2011?], p. 5).

A explicação convencional sobre a adoção do logotipo pela IECLB costuma limitar-se a uma abordagem programática e funcional, enfatizando o alinhamento institucional e o compromisso missional da denominação.

Contudo, tal narrativa omite um aspecto histórico relevante: a transferência da assembleia da Federação Mundial Luterana, motivada pela discordância dessa entidade com o convite feito a representantes da ditadura militar brasileira para participação oficial (Schünemann, 1992). Ainda assim, a IECLB reafirmou seu vínculo com a Federação Mundial Luterana justamente por meio

da incorporação de seu logotipo oficial, gesto que adquiriu significado singular no contexto de 1972 – período marcado pela repressão política e censura institucional, conhecido como "anos de chumbo". A adoção do símbolo, portanto, ultrapassa o escopo de uma declaração genérica de desejo de "animar o Brasil, com seus múltiplos desafios [...] políticos", como consta em documentos da época, assumindo uma complexidade que envolve tanto afirmação identitária quanto posicionamento político discreto. Adicionalmente, o símbolo adotado não explicita sua relação com a iconografia do *Christus Salvator Mundi*, apesar de carregar elementos visuais que dialogam com essa tradição ambígua. A ausência de problematização sobre a referência visual – historicamente ligada à representação imperial cristã – evidencia um silenciamento interpretativo que merece ser explorado. Neste sentido, a adoção do logotipo pela IECLB pode ser compreendida como um gesto ambivalente: simultaneamente reafirma sua inserção em uma rede internacional luterana e ignora as tensões políticas e simbólicas inscritas nos elementos gráficos herdados.

Igreja Universal do Reino de Deus

O primeiro emblema (Figura 2B), as mãos postas em oração, foi usado por Edir Macedo na fase que antecipou a fundação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). O segundo emblema, um coração vermelho contendo uma pomba branca, (Figuras e 2D), representa o logo institucional oficial. O primeiro emblema, inspirado em um desenho a lápis de Albrecht Dürer, expressa uma atitude de piedade devocional (Figura 2B), sem estabelecer referência explícita a uma identidade eclesial ou ao contexto sociocultural brasileiro. Já o segundo emblema, que emerge por volta de 1980 (Figura 2D), passa a incorporar elementos centrais como a pomba e o coração. Tais símbolos, alicerçados na tradição bíblica, estabelecem diálogos visuais com o amplo imaginário da *religio cordis*[6] – tradição espiritual presente tanto no catolicismo quanto no protestantismo. À semelhança do logotipo da Igreja Metodista Wesleyana, o coração é concebido como espaço de afetividade e decisão. Entretanto, no caso específico da Igreja Universal, o coração não se encontra em processo de transformação pelo Espírito Santo, mas já o contém, tornando-se representação de empoderamento espiritual ativo. Adicionalmente, este coração é compreendido como um *locus* disputado entre o divino e o diabólico – uma concepção que remonta ao século XVI e que foi amplamente explorada por tradições cristãs reformadas e pela espiritualidade católica. Tal dualidade culminou na formulação de um gênero literário específico: os livros de emblemas devocionais, conhecidos como obras da *religio cordis*, nos quais o coração simboliza dilemas espirituais e morais profundos. A tentativa de identificar um motivo iconográfico transversal na cultura religiosa cristã brasileira revela-se complexa, com exceção do coração, que permanece como símbolo central e amplamente reconhecível. Neste cenário, o logotipo da Igreja Universal do Reino de Deus destaca-se pela sua acessibilidade simbólica no contexto nacional contemporâneo, sendo amplamente identificado com o universo neopentecostal e suas ênfases teológicas e pragmáticas.

Igreja Presbiteriana Independente

A trajetória visual da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (IPIB) pode ser parcialmente reconstruída por meio da análise dos logotipos apresentados em sua revista mensal *O Estandarte*. O primeiro selo institucional aparece no cabeçalho da edição dupla datada de 15 e 31 de janeiro de 1978 (Igreja Presbiteriana Independente, 1978), e é composto por um mapa do Brasil circundado por duas faixas que contêm o nome da igreja (Figura 1D), configurando uma identidade geográfica explícita.

[6] Religião do coração.

A partir da edição v. 89, n. 5, publicada em 31 de maio de 1981, este símbolo é substituído por uma imagem estilizada de uma figura humana em movimento, voltada para a direita, que agita uma longa bandeira com a inscrição "IPI". Tal figura permanece como elemento gráfico até a edição v. 93, n. 8, de 31 de agosto de 1985 desaparecendo completamente nas publicações subsequentes. O novo logotipo, que perma-nece em uso até os dias atuais, surge inicialmente no corpo textual da edição v. 95, n. 2, de fevereiro de 1987, sendo incorporado ao cabeçalho da edição seguinte (Figura 2C). Esta composição visual integra múltiplos símbolos: a sarça ardente, a Bíblia, uma pomba entrelaçada com um peixe, e uma cruz celta. Cada elemento carrega significações teológicas e históricas próprias, permitindo uma leitura iconológica mais profunda que articula tradição reformada, espiritualidade evangélica e identidade institucional.

A evolução dos logotipos da IPIB reflete não apenas mudanças na comunicação visual da denominação, mas também momentos de reformulação de sua autoimagem e de sua inserção no cenário religioso nacional

> Por decisão do Supremo Concílio da IPI do Brasil, em sua 11ª reunião realizada em São Paulo, de 25 a 30 de janeiro de 1987, foi adotada uma nova logomarca para a nossa Igreja Nacional. O desenho escolhido é de autoria de Roberto Almenara de Freitas e fruto de um longo e cuidadoso trabalho para criar uma logomarca que identificasse a Igreja e ao mesmo tempo fosse agradável e de comunicação imediata.
>
> Como símbolos cristãos foram selecionados alguns de grande significado, como a Bíblia, a sarça ardente, a pomba e a cruz céltica. A Bíblia, como a Palavra de Deus é a base da Igreja; a sarça ardente representa a vocação, o chamado à missão da Igreja; como pano de fundo a cruz céltica, tradicional símbolo presbiteriano, representando a vitória de Jesus sobre a morte; descendo sobre o conjunto, a pomba representa a descida do Espírito Santo sobre a Igreja; do corpo da pomba vislumbra-se, ainda, um formato de peixe.
>
> As cores da logomarca: Na cruz, o azul do presbiterianismo, evocando a majestade de Deus – ao Seu nome, honra e glória! Na pomba e na Bíblia, o branco inspira a pureza do Espírito Santo e da Palavra; a chama da sarça traz o vermelho, que simboliza o sofrimento de Cristo e Seu sangue derramado; a sarça tem ainda, no lenho, o verde que inspira a vida e traz a esperança numa Igreja cada vez mais forte e voltada para sua Missão; e o amarelo-ouro, que complementa o desenho, é a cor da realeza, da purificação, da celebração e da vibração de uma Igreja em missão (IPI 4ª Igreja de Santana, 2011)[7].

A sequência histórica dos selos institucionais da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (Figuras 1D e 2C), o terceiro não reproduzimos por falta de espaço, revela transformações significativas no modo como a denominação se representa visualmente. Cada emblema mobiliza diferentes recursos simbólicos e propósitos comunicativos, refletindo etapas distintas de afirmação identitária. O primeiro selo articula uma representação institucional por meio do nome da igreja, combinado com um elemento de afirmação geográfica: o mapa do Brasil. Essa composição sugere um vínculo explícito com o contexto nacional, reforçando a ideia de uma igreja enraizada no território brasileiro. O segundo símbolo, centrado na figura estilizada de um indivíduo em movimento que agita uma bandeira com a inscrição "IPI", enfatiza a dimensão dinâmica da atuação humana, ao lado da marca institucional. Aqui, o foco recai na agência pessoal como expressão do compromisso denominacional, em um gesto de engajamento que transcende a representação territorial. O terceiro logotipo, por sua vez, inaugura uma nova abordagem iconográfica, ao incorporar elementos bíblicos e motivos oriundos da tradição presbiteriana internacional. A presença da sarça ardente, da Bíblia, da cruz celta e da pomba entrelaçada com o peixe imprime ao emblema uma densidade teológica, destacando tanto o legado reformado quanto uma espiritualidade de matriz evangélica.

[7] O texto acima citado encontra-se numa página de internet da Quarta Igreja Presbiteriana de São Paulo - Santana. As informações não se encontram na página institucional da IPI. Disponível em: https://www.facebook.com/4ipisp/photos/logo-da-ipi-do-brasilpor-decis%C3%A3o-do-supremo-conc%C3%ADlio-da-ipi-do-brasil-em-sua-11%C2%AA/262466720580193/. Acesso em: 30 set. 2023.

Curiosamente, esse novo símbolo abandona qualquer referência explícita ao contexto nacional, assumindo um horizonte mais universal e confessional. Tal variação entre os selos reflete não apenas mudanças estéticas, mas sobretudo transformações na autoimagem da denominação, que oscila entre afirmações nacionais, protagonismo humano e vínculos teológicos globais.

Convenção Batista Brasileira

O logotipo adotado pela Convenção Batista Brasileira em 2010 representa uma das expressões iconográficas mais recentes no campo visual das igrejas evangélicas brasileiras, articulando de forma singular uma identidade batista com referência contextual e nacional.

Esse recurso simbólico revela-se inusitado no âmbito da tradição batista, cuja origem histór-ica está marcada por narrativas de perseguição religiosa e por uma postura institucional geralmente reservada frente ao Estado e aos territórios de atuação. O símbolo central do emblema é o peixe branco sobre fundo azul, elemento cristológico que remonta às primeiras comunidades cristãs. No grego, a palavra *ichthys* (***ἰχθύς***) funciona como acrônimo de *Iesous Christos Theou Yios Soter* – "Jesus Cristo, Filho de Deus, Salvador". Como destaca Tuomas Rasimus (2012, p. 327), trata-se de um símbolo cristológico amplamente documentado no final do século II, que alcançou grande popularidade nos séculos III e IV, sobretudo por seu vínculo com os ritos do batismo e da eucaristia. No logotipo batista, essa representação transcende sua função sacramental original ao incorporar também dimensões de pertença comunitária: o peixe torna-se não apenas sinal de fé, mas emblema de filiação espiritual à comunidade dos seguidores de Jesus. A escolha do fundo azul, que envolve inteiramente o peixe, alude à água do batismo por imersão – prática distintiva da tradição batista –, reforçando assim tanto a dimensão teológica quanto a identidade ritual da denominação. A combinação entre a simbologia cristã primitiva e a sinalização de pertencimento nacional confere ao logotipo uma camada complexa de significação. Ele opera como instrumento de representação institucional que, embora reverbere tradições universais, inscreve-se num esforço de contextualização histórica e cultural, conectando o legado batista à paisagem religiosa brasileira contemporânea.

Igreja Assembleia de Deus

O novo selo institucional da Igreja Assembleia de Deus é o mais recente (Figura 3D). Ele combina ou integra os motivos bíblicos do peixe, da chama e do ramo com as letras iniciais da denominação.

> De acordo com o pastor Paulo Freire, líder da AD em Campinas/SP, que presidiu a Comissão que idealizou o novo Logotipo, o design do novo Logo é moderno e atualizado, ligado com a atual conjuntura das Assembleias de Deus. O Pr. Paulo afirmou que "já estava na hora de termos um logotipo que focasse com mais abrangência a identidade pentecostal, evangelística e missionária que é vocação de nossa igreja". Este projeto prevê uma ampla divulgação para que as Assembleias de Deus de todo o país utilizem o novo logotipo, identificando as igrejas que estão ligadas a CGADB. [...] O Pr. Wagner Gaby, Presidente da Assembleia de Deus em Curitiba, destacou que "esta atitude consolida o propósito da igreja em Curitiba em estar integrada com a visão nacional de nossa denominação". Afirmou também que "os aspectos modernos da logo, apontam para uma visão contextualizada da igreja, mantendo, porém, sua essência pentecostal". Este logotipo é formado por três elementos: a letra "A" em forma de peixe, a letra "D" em forma de chama e uma forma que insinua um ramo (Assembleia de Deus, 2025).

O texto ainda traz referências bíblicas para a *Forma que insinua um ramo* (Ideia de crescimento, *At* 9.31), *Letra D, Em forma de chama* (Símbolo do Espírito Santo, *At* 1.8 e 2.4) e *Letra A, em forma de peixe* (Primeiro símbolo dos cristãos, *At* 11.26). Deixando ao lado de que a última referência não fala do símbolo de peixe, temos aqui um clássico exemplo da importância do livro de Atos para a construção da identidade assembleiana. Visualmente falando, combina motivos bíblicos (chama e ramo) com um motivo geral do cristianismo (peixe) com uma indicação institucional (as letras "A" e "D").

Considerações intermediárias

No que se refere à descrição iconográfica[8], é então possível distinguir grupos distintos: Há casos em que se observa o uso exclusivo de motivos bíblicos, ainda que como referências institucionais indiretas, como ocorre na IPB (Figuras 1A e 3B), na IM (Figura 1C) e na IURD (Figura 2D). Em outros exemplos, há a combinação de motivos bíblicos e institucionais, como na IPI (Figura 2C). Também se encontra a fusão de motivos cristãos e institucionais, como na AD (Figura 3D). Já a IECLB (Figura 2A) apresenta uma combinação de motivos bíblicos, cristãos e nacionais, enquanto a CBB (Figura 3C) combina motivos cristãos e nacionais. A IMW (Figura 1B) apresenta exclusivamente um motivo institucional. Por fim, há ainda a combinação de motivos institucionais e nacionais, novamente observada na IPI (Figura 1D).

Em síntese, os emblemas e logotipos das diversas denominações evangélicas no Brasil expressam processos de construção de identidade fundamentados em referências bíblicas, institucionais e, em alguns casos, nacionais. A trajetória de concepção desses símbolos divide-se em dois períodos distintos: o primeiro, entre 1951 e 1987, e o segundo, entre 2000 e 2014. Ao longo dessas fases, os pronunciamentos institucionais revelam não apenas a necessidade de elaborar uma identidade organizacional por meio da definição de uma identidade visual, mas também o esforço de explicitar, por meio dos elementos gráficos, os eixos estruturantes da tradição teológica, missionária e comunitária de cada denominação. Para tal finalidade, algumas igrejas recorrem à formação de comissões especializadas ou promovem processos decisórios participativos, como votações ampliadas. A criação e o uso dos selos institucionais sinalizam, portanto, dinâmicas de busca e afirmação identitária em momentos históricos nos quais tais identidades aparentavam sofrer erosões ou diluições[9]. A reemergência desses processos após o ano 2000, inclusive com a revisão ou substituição de selos originados no primeiro período, pode ser parcialmente explicada pela necessidade de adaptação às novas mídias visuais e aos ambientes digitais. Contudo, mesmo nos casos em que tal argumento técnico aparece de modo explícito, ele tende a ser acompanhado por uma ênfase na fidelidade formal, evidenciando que a dimensão visual da identidade institucional não se limita a uma questão funcional. Trata-se, acima de tudo, da preservação de uma memória e de um núcleo simbólico que transcendem aspectos operacionais, apontando para a necessidade de guardar algo essencial no plano profundo da vivência e da tradição religiosa – ainda que persista o questionamento sobre a eficácia prática dessa preservação.

Selos modernos, em descontinuidade das tradições da heráldica medieval e dos selos pessoais

Considerando as datas de sua criação, os selos presbiterianos, com sua herança que remonta à Renascença, e os selos evangélicos brasileiros, inseridos nos contextos da modernidade

[8] Em diversos casos, selos e logos aparecem tanto sem como com o nome da instituição religiosa (Figuras 1C, 2A, 2C, 2D e 3A). Em outros casos, o nome sempre aparece junto (Figuras 1A, 2A, 3C e 3D).

[9] Por exemplo, as publicações metodistas referentes a identidade institucional parecem aparecer a partir da década 50, com concentração nas décadas 70 e 80 e depois da década 90 adiante.

e da modernidade tardia, apresentam características distintas. Todavia, isso não implica que sua linguagem visual tenha surgido de forma abrupta e independente.

O longo braço da heráldica

Ao estabelecer uma comparação com a linguagem visual precedente, em especial a heráldica medieval, torna-se possível identificar tanto, continuidades, quanto descontinuidades. A heráldica, por sua vez, possui uma longa tradição, consolidando-se progressivamente no campo religioso após o Grande Cisma de 1054, paralelamente ao crescimento do número de ordens religiosas, o que ampliou sua relevância simbólica e institucional. Após o Grande Cisma de 1054, as igrejas Ocidental (Católica Romana) e Oriental (Ortodoxa Oriental) desenvolveram códigos visuais distintos para representar suas lideranças e tradições. A partir desse período, o Papa de Roma passou a ser frequentemente representado com a tiara ou mitra papal, além do anel do pescador, símbolo da sucessão apostólica de São Pedro. O Patriarca de Constantinopla, por sua vez, é tradicionalmente retratado com a mitra ortodoxa oriental, semelhante a uma coroa imperial, e segurando a panagia, um ícone que representa a Virgem Maria.

Com o tempo, a iconografia pessoal evoluiu para uma heráldica aplicada a cardeais e bispos e, posteriormente, para representações impessoais de categorias eclesiásticas. No contexto da criação dos selos institucionais evangélicos, a cultura visual das ordens religiosas católicas, inserida na tradição da heráldica medieval, revela uma maior proximidade. A seguir, apresentam-se os emblemas de quatro ordens religiosas católicas com presença histórica significativa no Brasil. Cada emblema é acompanhado por uma dupla indicação temporal: o primeiro registro assinala o ano da chegada de cada ordem ao país, enquanto o segundo, marca o ano em que o respectivo emblema foi instalado nas fachadas das igrejas associadas.

Observa-se, primeiramente, que em cada um dos exemplos apresentados o caráter heráldico é preservado por meio de suas molduras (Figuras 4A, 4B, 4C e 4D). As molduras desempenham um papel fundamental na heráldica, pois contribuem para a organização visual e a identificação dos brasões, destacando os elementos centrais do escudo e conferindo-lhes um caráter oficial e simbólico. O centro de um brasão é normalmente dividido em um (Figuras 4A e 4B), dois (Figuras 4C e 4D) ou, no máximo, quatro campos. Além disso, podem-se encontrar símbolos dispostos nas laterais (Figura 4A), no fundo do desenho (Figuras 4B e 4C) ou no topo (Figura 4D) da composição.

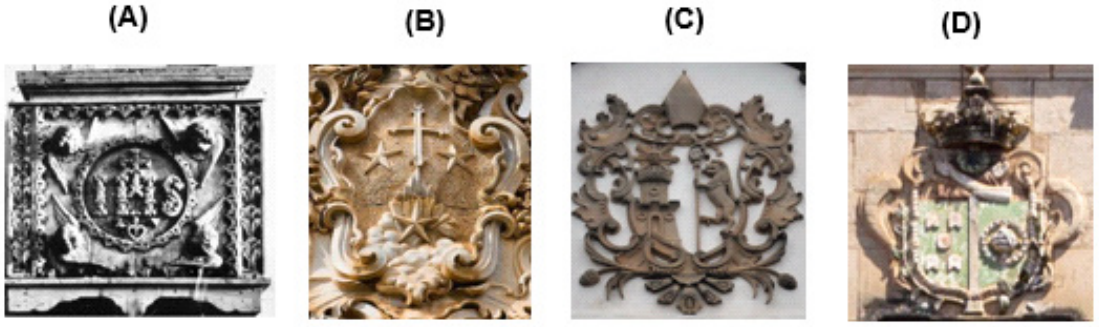


Figura 4 – Escudos da época colonial de ordens religiosos católicos no Brasil.

Nota: 4A – Escudo Jesuíta no púlpito da Igreja Jesuíta de Embu, SP [1549 - 1700]. 4B – Escudo Carmelitas Detalhe da frente da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, em Ouro Preto, MG [1580-1756]. 4C – Brasão da Ordem Beneditina Mosteiro e Igreja de São Bento, Olinda, PB. [1581 / 1783-1785. 4D – Escudo Franciscano na fachada da Igreja e Convento de São Francisco, Salvador, BA [1584].

Fonte: A arquitetura dos jesuítas no Brasil (https://www.scielo.br/j/ars/a/bJFk5JffX7H38W4JPGr3QZg/?lang=pt); Autoria própria. Autoria própria. Wikipedia. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_e_Convento_de_S%C3%A3o_Francisco_(Salvador)#/media/Ficheiro:Igreja_de_S%C3%A3o_Francisco_Salvador_2019-6875.jpg).

Novas tendências pós-heráldica

Essa complexidade na relação entre a linguagem visual das molduras e das partes centrais não foi preservada nos selos institucionais modernos. Outro aspecto abandonado é a ausência de elementos textuais nos brasões, salvo, eventualmente, a inclusão de um lema em latim a partir da Renascença. Esse princípio também se aplica ao uso das letras "IHS" no escudo jesuíta (Figura 4A), representando a linguagem simbólica dos cristogramas, como o conhecido emprego das letras "chi" e "rho" (XP) para representar o título cristológico "Cristo". Os Jesuítas, contudo, seguiram a tradição da Igreja Latina, que privilegiava as três primeiras letras do nome "Jesus" (ΙΗΣΟΥΣ), adaptadas à forma latinizada. Outros elementos iconográficos utilizados nos selos modernos incluem: motivos bíblicos (a cruz (Figuras 4A, 4B, 4C, 4D); coração (Figura 4A); três estrelas / Trindade (Figura 4B), símbolos das virtudes (Leão, representando força, coragem e proteção espiritual (Figura 4C:), referências a localidades simbólicas (Monte Carmelo (Figura 4B), elementos específicos das ordens religiosas (Monte Carmelo (Figura 4B); Leão (Figura 4C); um braço de Cristo e um braço de São Francisco com chagas, se cruzando (Figura 4D), além de brasões dinásticos (Cinco Quinas (Figura 4D). A linguagem empregada na transição entre a heráldica pessoal/familiar e os emblemas renascentistas pode ser também observada nos selos pessoais de líderes protestantes[10]. Esses selos, por um lado, antecipam aspectos composicionais dos selos modernos, ao mesmo tempo que abandonam as molduras heráldicas medievais. Por outro lado, seus motivos específicos, como a célebre rosa de Martin Lutero[11] ou o emblema de Calvino, composto por um a *pictura* e uma *subscriptio*[12], não foram incorporados em nenhum dos selos institucionais dessas igrejas, tampouco nos selos modernos brasileiros aqui apresentados[13]. Entretanto, é justamente um selo o sinete "institucional", no sentido de um carimbo usado para selar cartas, que está na origem da iconografia da IPB (e parcialmente, da IPI).

> A Igreja da Escócia não possui armas heráldicas, mas, ao longo dos séculos, adotou como insígnia o símbolo da Sarça Ardente, acompanhado do lema "*Nee tamen consumebatur*" ("Contudo, não era consumida"). Esse símbolo aparece pela primeira vez na página de título de *The Acts and Proceedings of the General Assembly* de 1690, com a inscrição "*Not consumed*" ("Não consumida"). No entanto, sua adoção remonta a 1583, durante o XII Sínodo Nacional da Igreja Reformada Francesa, ocasião em que se decidiu pela criação de um selo, no qual foi gravada a Sarça Ardente com a frase "*Flagror non Consumor*" ("Ardo, mas não sou consumido"). Por sua vez, a Igreja Presbiteriana da Irlanda emprega o lema "*Ardens sed Virens*" ("Ardente, mas viçosa") (Fox-Davies, 1915, p. 208).

O texto remonta a 1915, e, atualmente, a Igreja da Escócia possui um selo institucional público. Ainda assim, a afirmação inicial permanece relevante, pois indica que, à época, utilizavam-se selos, mas não brasões ou armas heráldicas de caráter público – como sugere o título da obra. A evidência disso pode ser observada na arquitetura dos templos religiosos. Até a segunda metade do século XX – majoritariamente entre as décadas de 1970 e 1990 –, os edifícios das igrejas evangélicas apresentavam, em suas fachadas, denominações como "Casa de Oração" ou "Igreja Evangélica", além da identificação pelo nome completo ou par-cial, como em "Templo Batista", "Tabernáculo

[10] Martinho Lutero: uma rosa branca, com um coração vermelho e uma cruz preta (chamada rosa de Lutero; João Calvino: uma mão aberta segurando um coração flamejante, acompanhado pelo lema em latim *Prompte et sincere* (Prontamente e sinceramente).

[11] Ele representa a visão teológica e espiritual de Lutero, com uma cruz no centro de um coração, cercado por uma rosa branca e um fundo azul, simbolizando fé, alegria e esperança.

[12] O emblema é composto por uma mão aberta voltada para cima, oferecendo um coração a Deus, acompanhada da inscrição *Cor meum tibi offero, Domine, prompte et sincere*, que significa: "Meu coração Te ofereço, Senhor, pronto e sinceramente"

[13] Suas existências, todavia, também não são negadas e de vez em quando lembrada. Na agenda da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil de 2009 o brasão de Calvino aparece duas vezes (Igreja Presbiteriana Independente do Brasil) e a rosa de Lutero entrou no carimbo postal usado no lançamento do selo comemora-tivo dos 500 anos da reforma protestante lançado pela IELB e IECLB em 2017 (https://www.dw.com/pt-br/brasil-e-alemanha-lan%C3%A7am-selo-conjunto-pelos-500-anos-da-reforma-protestante/a-38412192).

Batista", "Igreja Presbiteriana", "Igreja Presbiteriana Independente" e "Igreja Metodista do Brasil", entre outras. Não havia, nesse período, a instalação de logotipos institucionais públicos, uma vez que tais elementos ainda não existiam.

O surgimento de selos institucionais evangélicos brasileiros, o *branding* e as dinâmicas causadas pelas suas formulas de páthos

O fenômeno do surgimento de selos institucionais evangélicas em épocas específicas

Até este ponto, nosso esforço interpretativo concentrou-se naquilo que Erwin Panofsky designa como descrição e análise iconográfica: descrevemos, analisamos e interpretamos continuidades, rupturas, especificidades e inovações nas linguagens visuais dos selos institucionais, sempre com foco nos objetos em si. No entanto, permanece em aberto uma questão que transcende a análise formal: o surgimento quase concomitante desses símbolos em dois períodos distintos – entre 1951 e 1987 e entre 2000 e 2014 –, requer uma investigação para além das motivações internas das instituições religiosas. Não se pode atribuir esse fenômeno a uma articulação interinstitucional consciente, pois não houve comunicação entre as denominações no sentido de coordenar a produção de seus selos visuais. Diante disso, torna-se necessário considerar causas externas que possam ter influenciado essas decisões. Duas tendências culturais se destacam nesse contexto. A primeira diz respeito ao conceito de *branding*, entendido como um conjunto de estratégias voltadas para a construção, gestão e consolidação da identidade de uma marca – incluindo, evidentemente, a definição de sua identidade visual (Guilhon, 2020). A presença do termo "*branding*" em manuais institucionais de igrejas, especificamente em documentos sobre identidade visual, atesta sua influência direta (Igreja Presbiteriana do Brasil, 2002). Essa incorporação é acompanhada por uma atenção meticulosa à composição formal: definições técnicas das cores, proporções e elementos visuais, nunca requeridas nas tradições iconográficas cristãs anteriores. A segunda tendência está relacionada ao que os estudos culturais denominam como "virada icônica" (Alloa, 2019, p. 91; Boehm, 1994), *pictorial* ou *visual* (Mitchell, 1994), fenômeno que sinaliza uma reconfiguração epistemológica centrada na primazia da imagem na construção de significados sociais e culturais. Na cultura visual religiosa, tal transformação se manifesta por meio de atitudes de fidelidade formal em relação à composição e à simbologia dos selos, o que Morgan (2005, p. 7171) denomina como a busca pela "imagem verdadeira". Em pesquisa anterior (Renders; Albuquerque, 2018, p. 159), ainda sem o vocabulário técnico disponível hoje, já apontamos a existência de fenômenos de transposição entre a precisão técnica e a construção de um imaginário religioso. Tais objetos, quando exibidos em locais liturgicamente significativos – por exemplo, sobre altares, onde antes não figuravam –, passam a adquirir propriedades icônicas, transcendendo sua função representacional para operar como elementos de sacralização visual. Dessa forma, entendemos que a criação e a formalização dos selos institucionais nas igrejas evangélicas brasileiras refletem não apenas uma necessidade comunicacional ou estética, mas um esforço deliberado de preservação simbólica. Trata-se de guardar, mediante a imagem, uma memória religiosa em tempos marcados pela volatilidade cultural e pela reconfiguração dos modos de percepção.

O poder performativo de selo institucionais e conflitos ao redor deles

A qualidade icônica das imagens religiosas contribui para o surgimento de debates intensos e, por vezes, acalorados, sobretudo quando tais linguagens visuais incorporam dimensões

performativas. Essa dinâmica é particularmente evidente em contextos em que símbolos gráficos ultrapassam a função representacional e passam a operar como catalisadores de identidade comunitária, crença e afeto. Dois episódios brasileiros recentes ilustram com precisão a tensão. O primeiro refere-se ao debate provocado por um emblema aparentemente marginal e inofensivo, criado para o programa "Festa de Dona Susana", da Igreja Metodista (Renders, 2014, p. 350). As reações intensas e persistentes culminaram na retirada do símbolo, configurando uma espécie de iconoclasmo institucional. O segundo caso ocorreu na Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), que propôs, antes da versão atual de seu logotipo (Figura 3C), uma modificação na representação da sarça ardente – incorporando uma pomba descendente na mesma tonalidade branca das chamas. A proposta, embora aprovada inicialmente pela instituição, foi posteriormente anulada diante das controvérsias geradas, revelando uma possível mistura de atitudes iconófilas em relação ao emblema tradicional (Figura 1A) e iconoclastas em relação à nova versão. Notavelmente, a remoção do lema que acompanhava o símbolo não suscitou oposição significativa[14]. Esses casos revelam que a introdução de novas imagens exige uma forma específica de alfabetização visual – ou melhor, a superação do que pode ser chamado de "anvisualismo", isto é, uma incapacidade de prever e lidar com os impactos simbólicos das imagens religiosas. Tal desafio implica uma competência que transcende os limites técnicos da comunicação visual, exigindo sensibilidade teológica, histórica e cultural. A liberação dos efeitos emocionais e identitários provocados por tais imagens demonstrou-se, em muitos casos, um efeito colateral inesperado da entrada das igrejas evangélicas naquilo que se pode considerar uma nova era do visual – marcada pela centralidade da imagem na construção das subjetividades religiosas e na afirmação institucional.

Selos institucionais como fórmulas de pathos

As dinâmicas que envolvem imagens religiosas são históricas, multifacetadas e podem ser interpretadas a partir de categorias clássicas como iconoclasmo, iconofilia e iconolatria – conceitos que designam, respectivamente, a rejeição, a veneração e o culto às imagens. No entanto, tais termos limitam-se a descrever as formas de relação entre humanos e o universo imagético, sem oferecer explicações mais aprofundadas sobre porque determinados símbolos ou representações visuais despertam reações intensas, enquanto outros passam desapercebidos. Para avançar nesse exame, torna-se imprescindível uma análise mais minuciosa dos elementos visuais que compõem tais imagens, incluindo sua estrutura interna, seu apelo emocional e seus efeitos performativos. Uma abordagem teórica relevante é oferecida por Warburg (2010) com o conceito de Fórmulas de Páthos (*Pathosformeln*), que propõe a identificação de componentes visuais capazes de condensar e comunicar emoções humanas intensas. Importa sublinhar que o termo "fórmula", neste contexto, é um falso cognato: deriva do latim formula, com o sentido original de "forma pequena" ou "molde", e não remete a um padrão matemático. Segundo Warburg, essas Fórmulas de Páthos não se expressam apenas por meio dos motivos completos de uma composição, mas se revelam em aspectos específicos e sutis, como, gestos corporais expressivos: movimentos que sugerem ação ou emoção extremada; expressões faciais intensas: olhares e fisionomias que comunicam dor,

[14] O conteúdo apresentado baseia-se em um blog denominado *Devocionário Presbiteriano*, publicado em 5 de maio de 2020. O autor referencia diversos documentos internos da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), com a seguinte nomenclatura: SC refere-se ao Supremo Concílio, CE à Comissão Executiva do Supremo Concílio, e os números indicam os anos de emissão dos documentos. 1. Aprovação do selo institucional de 1951 (Figura 1A) – Documento SC-51-038; 2. Primeira proposição de um novo logotipo – Documento CE-SC/IPB-96-005; 3. Encaminhamento para a execução da decisão sobre o novo logotipo – Documento CE-SC/IPB-97-120 DOC. LXVI. 4. Registro de objeções contra o novo logotipo – Documento CE-SC/IPB-97-176; 5. Deliberação pela nulidade da proposta e retorno ao logotipo original de 1951 – Documento SC-IPB-2006 Doc. CXXXVIII – Quanto ao Doc. 078. Posteriormente, a decisão de reinstaurar o selo de 1951 foi revogada com a justificativa de elevados custos. Entretanto, em 2010, surgiu um novo debate acerca da remoção da pomba do logotipo. Tal mudança foi ratificada pelo Supremo Concílio da IPB em 2014, resultando na aprovação de um novo selo (Figura 3B).

êxtase ou angústia; posturas corporais carregadas: inclinações, tensionamentos e deslocamentos dramáticos; sistemas cromáticos evocativos: uso de cores que provocam reações psicoemocionais; drapeados e dobras nas vestes: movimentos das roupas que intensificam a dinâmica da cena. No campo da iconografia religiosa, o poder de uma imagem vai além do conteúdo doutrinário: ela se torna uma encenação visual dos sentimentos humanos, com impacto direto na vivência comunitária e individual. A imagem pode ser silenciosa, mas não é neutra – ela comunica, interpela e afeta. Essa capacidade de provocar encantamento ou resistência revela que estamos diante de um processo que envolve o olhar, a memória, a experiência e a identidade. E quando as imagens entram em disputa – seja por seu conteúdo, seu estilo ou sua inserção em novos contextos –, não estamos discutindo apenas estética, mas também teologia, poder, tradição e transformação.

Seguindo a concepção warburguiana, as Fórmulas de Páthos refletem um processo de transferência de poder performativo entre o cotidiano e a imagem, instaurando uma relação experiencial entre ambas. Ao serem observadas, essas fórmulas visuais ativam emoções intensas que Warburg classificou como dionisíacas ou apolíneas – desde a fúria e o êxtase até a prudência e a compaixão –, revelando a capacidade que certas formas possuem de condensar e expressar afetos humanos. Esse fenômeno não se restringe à linguagem visual, mas estende-se também às metáforas textuais religiosas que, ao se converterem em motivos imagéticos, mantêm seu impacto simbólico ao longo dos séculos. Segundo Warburg, tais representações podem ter origem na Antiguidade clássica, sendo sua eficácia proporcional à antiguidade e à continuidade de uso da linguagem visual. Quanto mais duradoura for uma imagem na história da recepção cultural, maior tende a ser seu poder de reconhecimento e de mobilização simbólica. Esse princípio aplica-se diretamente às imagens derivadas de metáforas e figuras bíblicas – como a cruz, as chamas, a árvore do Paraíso, os dois caminhos, céu e inferno, estrelas e personagens como Jesus, Maria e o diabo. Quando traduzidas em linguagem visual, essas figuras não apenas comunicam doutrinas, mas também encenam afetos, performam memórias e ativam experiências comunitárias profundas. O mesmo efeito pode ser observado em torno de selos institucionais que incorporam tais motivos, muitas vezes combinando referências bíblicas, elementos específicos da tradição denominacional e ícones nacionais. Essas composições simbólicas geram diferentes tipos de paixão religiosa: em alguns casos, os elementos se reforçam mutuamente, conferindo coesão à identidade visual; em outros, podem entrar em tensão, resultando em afetos ambíguos, reações contraditórias e disputas interpretativas. Esse entrelaçamento entre tradição, imagem e emoção exige, portanto, uma leitura que vá além da estética ou da comunicação institucional, e que se debruce sobre as potências afetivas e performativas que tornam essas imagens agentes vivos da memória religiosa.

O surgimento de selos institucionais evangélicos brasileiros, coincidente à virada icônica ou visual

A consolidação das identidades visuais como componente central no processo de criação e afirmação de marcas insere-se em uma transformação cultural mais ampla, amplamente reconhecida como *virada visual*, *icônica* ou *pictórica*. Embora se possa argumentar que interpretar esse fenômeno como uma mudança paradigmática possa soar como uma formulação potencialmente hiperbólica – tendo em vista que o visual sempre desempenhou papel estruturante na percepção do mundo, na produção do conhecimento e na interpretação cultural –, é inegável que, nas últimas quatro décadas, a dimensão visual adquiriu uma centralidade inédita em múltiplos domínios da vida cotidiana, da tecnologia e das práticas culturais. Diversos pensadores identificaram esse processo e cunharam designações distintas: nos Estados Unidos, Mitchell utilizou

o termo *virada pictórica*, ao passo que, na Alemanha, Gottfried Boehm empregou a expressão *virada icônica*. Ambas as formulações sinalizam o crescimento exponencial da imagem como estrutura de significação privilegiada na comunicação contemporânea, nos modos de cognição e nas formas de produção simbólica.

Selos institucionais e o branding, ou a identidade como marca

Compreende-se que tanto o surgimento em larga escala de selos institucionais quanto a tendência de atualização das identidades visuais mais recentes representam não apenas uma resposta às constantes exigências externas de reposicionamento mercadológico no cenário religioso, como também ao esforço interno de afirmação identitária em meio à crescente complexidade do campo religioso. Ademais, conforme explicitamente declarado em manuais eclesiásticos voltados à construção institucional e ao processo de *branding*, há uma preocupação em adaptar os símbolos religiosos para seu uso nas novas mídias digitais – ou seja, precisamente aquelas formas comunicacionais que emergem no contexto da chamada *virada pictórica*, como é o caso da internet em sentido amplo e das redes sociais em particular. Plataformas como Facebook (2004), YouTube (2005), WhatsApp (2009), Instagram (2010), Telegram (2013) e TikTok (2017 – versão global) exemplificam essa transição. O YouTube transformou o vídeo em linguagem cotidiana, gerando uma nova geração de criadores e consumidores visuais. WhatsApp e Telegram incorporaram imagens, figurinhas, memes e vídeos curtos como elementos essenciais da comunicação interpessoal. Instagram e TikTok, por sua vez, já nasceram orientados à estética da brevidade visual, fundamentada na distribuição rápida e emocional de informações. Notadamente, WhatsApp, Instagram, TikTok e Telegram demonstram alta compatibilidade entre plataformas, fenômeno intensificado pela concentração de propriedade entre poucas corporações (como o grupo Meta, que administra Facebook, WhatsApp e Instagram). Tais mídias compartilham um modelo comunicacional que não privilegia a complexidade discursiva, mas sim a transmissão de conteúdos monossemânticos, de fácil assimilação, voltados à repercussão emocional e à produção imediata de sensações – sejam estas de acolhimento ou repulsa, bem-estar ou desconforto.

Logos institucionais e o problema da sua potencial plurifonia

Nesse novo ecossistema comunicacional, os símbolos eclesiásticos só se tornam compreensíveis se forem, antes de tudo, instantaneamente captáveis – ou seja, visualmente acessíveis, esteticamente reduzidos e culturalmente decodificáveis. A estética simbólica exige elementos visuais marcantes, preferencialmente coloridos, com reduzido grau de complexidade semântica. Frases em latim, por exemplo, deixam de ser eficazes nesse novo paradigma cultural. Elas não sinalizam mais erudição e cultura, mas, um passado que se foi. Os logos da IECLB (Figura 2A), da IPI (Figura 3C) e o antigo da IMW (Figura 1B) ilustram essa inadequação. Já a reformulação do logo da IMW (Figura 3A) aponta uma transição de lin-guagem visual interna para uma estética mais acessível culturalmente, com a adoção de ícones como o coração e a cruz. Logos como os da IM (Figura 1C) e da IURD (Figura 2D) já incorporam essa lógica e, por isso, tendem a permanecer estáveis visualmente. O novo logo da CBB (Figura 3C), embora cirurgicamente calculado, apresenta risco simbólico ao vincular-se à carga emocional variável do símbolo nacional (a bandeira brasileira), além de ignorar elementos teológicos batistas clássicos, como a separação entre Igreja e Estado. O novo logo das Assembleias de Deus, com seus três elementos – folha, chama e peixe –, embora

mais essencial, pode ser menos imediatamente acessível pois a sua identificação não é fácil. O logo reformulado da IPB (Figura 3B), mesmo com simplificações gráficas, continua exigindo iniciação simbólica, talvez até mais que o anterior, cujas chamas coloridas facilitavam a identificação. Nem todas as igrejas adotaram mudanças diante das exigências da cultura visual contemporânea. Algumas por não perceberem necessidade; outras por escolha estratégica; e poucas parecem ter acertado plenamente. Mudanças visuais, afinal, envolvem riscos de desapego identitário, pois símbolos religiosamente consolidados promovem sentimentos internos de pertencimento. Nesse contexto, símbolos como o peixe no batismo, a cruz celta no presbiterianismo, as chamas no pentecostalismo e a rosa de Lutero no luteranismo ilustram elementos profundamente enraizados. Em contrapartida, ícones como a cruz vazia, a pomba e o coração gozam de ampla aceitação no campo religioso cristão brasileiro e na cultura brasileira geral. Como não são rigidamente vinculados a uma denominação específica, favorecem até maior aceitação e circulação simbólica, eventualmente, porém, pelo preço de uma identificação direta menor com um tipo especial de igreja.

Considerações Finais

Este trabalho propõe uma interpretação do surgimento e da consolidação dos logotipos institucionais no meio evangélico brasileiro. Para tanto, foram oferecidas descrições sintéticas, análises iconográficas e leituras interpretativas sobre os significados atribuídos a tais símbolos, sobretudo no que tange à sua dimensão institucional. Argumentou-se, em seguida, que o período em que esses logotipos foram concebidos corresponde a duas tendências culturais mais amplas: 1) a crescente ênfase na criação de marcas como forma de identificação e diferenciação de produtos – processo associado ao campo do *branding*; e 2) o fenômeno cultural denominado *virada icônica*, que marca a centralidade da imagem como chave de leitura e expressão na contemporaneidade. Apesar da confluência temporal com essas tendências, observa-se que a crescente mercantilização do campo religioso e o protagonismo das linguagens visuais na cultura contemporânea não parecem ter influenciado de maneira direta as escolhas iconográficas específicas presentes em cada selo ou logotipo analisado. Identificamos ainda uma dimensão constitutiva das linguagens visuais que, embora investigada em campos como a história da arte – por meio de epistemologias voltadas à relação entre forma, cotidiano e afeto –, permanece negligenciada tanto pela produção acadêmica quanto pelas próprias instituições religiosas. Baseamos essa inferência em registros de controvérsias recentes em torno de selos eclesiásticos, nos quais os elementos visuais, embora apresentados como emanações teológico-identitárias, desencadearam dinâmicas de radicalização iconoclasta – fenômeno comum nas linguagens visuais religiosas. Tal aspecto, aparentemente ignorado pelas agências de comunicação visual maias e mais encarregadas da criação desses símbolos, revela a insuficiência de abordagens meramente técnicas. A dimensão "patética" – no sentido clássico, como aquilo que provoca compaixão ou tristeza, e no campo religioso, como o que suscita adoração, entusiasmo, repúdio ou aversão – continua sendo uma força ativa e subestimada. Seus efeitos se manifestam por meio de reações passionais, frequentemente impermeáveis ao discurso racional posterior. Portanto, propõe-se que estudos futuros se debrucem sobre a hipótese de que o chamado "período da virada iconográfica" esteja articulado a uma reconfiguração – ou ao menos uma reinterpretação popular –, daquilo que hoje é entendido como *experiência religiosa*. Tal investigação poderá oferecer subsídios teóricos e metodológicos valiosos para a compreensão das transformações visuais e patéticas – no sentido clássico – no campo religioso contemporâneo.

Referências

Alloa, E. Virada icônica: Um apelo por três voltas no parafuso. *MODOS: Revista de História da Arte*, v. 3, n. 1, p. 91-113, 2019. Doi: https://doi.org/10.24978/mod.v3i1.4077

Assembleia de Deus. *Logo da Assembleia de Deus*. Disponível em: https://assembleiadedeus.org.br/historia-do-logo/. Acesso em: 31 maio 2025.

Boehm, G. *Was ist ein Bild?* Munique: Wilhelm Fink Verlag, 1994.

Church of Scotland. *Visual identity guidelines*. Disponível em: https://www.churchofscotland.org.uk/_data/assets/pdf_file/0011/ 96185/Visual-Identity-Guidelines-2.5-1.pdf. Acesso em: 6 jun. 2025.

Fox-Davies, A. C. *The book of public arms*: a complete encyclopedia of all royal, territorial, municipal, corporate, official, and impersonal arms. London; Edinburgh: T.C. & E.C. Jack, 1915. Disponível em: https://ia801306.us.archive.org/33/items/bookofpublicarms00foxd/bookofpublicarms00foxd.pdf. Acesso em: 9 jun. 2025.

Guimarães, J. A. Lucas. Série SC/IPB-2022: a IPB através de assembleias e supremos concílios. *Presbitério de Santos*, 24 jul. 2022. Disponível em: https://www.prst.com.br/2022/07/scipb-2022-concilios-superiores-e-seus.html. Acesso em: 31 maio 2025.

Guilhon, D. *et al. Design e o protestantismo brasileiro*: o perfil das marcas gráficas das igrejas do país. Bauru: Educação Gráfica, 2020.

Igreja Evangélica da Confissão Luterana do Brasil. *Manual de identidade visual*. Disponível em: https://legado.luteranos.com.br/public/download.php?nome=su-mbolo-da-ieclb-manual-de-uso&file=201106/d3f1044c601304b370dc7de 654cc6aef.pdf. Acesso em: 31 maio 2025.

Igreja Metodista. Institucional. Cruz e Chama. *Portal Igreja Metodista*, 20 set. 2013. Disponível em: https://www.metodista.org.br/institucional-cruz-e-chama/. Acesso em: 28 maio 2026.

Igreja Presbiteriana do Brasil. *Nova logo da Igreja Presbiteriana do Brasil*: o manual de identidade visual continua o mesmo, apenas a logomarca sofreu alterações. [2012?]. Disponível em: https://www.executivaipb.com.br/arquivos/identidade_visual.pdf. Acesso em: 31 maio 2025.

Igreja Presbiteriana Independente do Brasil. *Agenda 2009*. São Paulo: Editora Pendão Real, 2008.

Igreja Presbiteriana Independente do Brasil. *O Estandarte*, ano 86, n. 1 e 2, 15 e 31 jan. 1978. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1WIVSfcEJofAfhVmWx4QDtK2Oxt1Fz2jV. Acesso em: 8 jun. 2025.

Igreja Presbiteriana Independente do Brasil. *O Estandarte*, ano 89, n. 1, 31 maio 1981. Dispo-nível em: https://drive.google.com/drive/folders/1nucOzoFNlpeCyYt3fYJosNLcfUOSdyiJ. Acesso em: 8 jun. 2025.

Igreja Presbiteriana Independente do Brasil. *O Estandarte*, ano 95, n. 2, fev. 1987. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1unYrw3GBxnvSYG87D6hoBXVSyNTM5cC5. Acesso em: 8 jun. 2025.

Quarta Igreja Presbiteriana Independente de São Paulo - Santana. *Logo da IPI do Brasil*. 25 jan. 2014. Disponível em: https://www.facebook.com/4ipisp. Acesso em: 8 jun. 2025.

Maynard, E. H. The cross and flame: a personal memoir. *Methodist History*, v. 34, n. 4, p. 203-213, jul. 1996. Disponível em: https://archives.gcah.org/server/api/core/bitstreams/efd4ed36-351d-4e4d-89d7-8a76a75d96dd/content. Acesso em: 31 maio 2025.

Mitchell, W. J. T. *Picture theory*: essays on verbal and visual representation. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

Morgan, D. "The true image". *In*: Jones, L. (ed.). *Encyclopedia of Religion*. 2. ed. New York: Thomas Gale, 2005. v. 12. p. 7171-7178.

Nec tamen consumebatur: a sarça ardente e a identidade presbiteriana. 5 dez. 2020. *Devocionário Presbiteriano*. Disponível em: https://devocionariopresbiteriano.wordpress.com/2020/12/05/nec-tamen-consumebatur-a-sarca-ardente-e-a-identidade-presbiteriana/. Acesso em: 4 jun. 2025.

Oliveira, E. de. Introdução. *In*: Igreja Presbiteriana do Brasil. *Programa de Identidade Visual da Igreja Presbiteriana do Brasil*: versão digital. Rio de Janeiro: Conselho de Comunicação & Marketing da IPB, 2002. Disponível em: https://www.executivaipb.com.br/arquivos/identidade_visual.pdf. Acesso em: 31 maio 2025.

Panofsky, E. *Significado nas artes visuais*. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

Rasimus, T. *Revisiting the ichthys*: a suggestion concerning the origins of Christological fish symbolism. *In*: Bull, C.; Lied, L. I.; Turner, J. *Mystery and secrecy in the Nag Hammadi Col-lection and other Ancient literature*: ideas and practices. Leiden: Brill, 2012. p. 327-248. Doi: https://doi.org/10.1163/9789004215122_017.

Renders, H.; Albuquerque, A. L. Cruz e Chamas como logotipo, ornamento, arte litúrgica e símbolo religioso. *Estudos da Religião*, v. 31, n. 2, p. 159-190, 2018.

Renders, H. Introdução, aceitação e rejeição de novas celebrações no metodismo brasileiro: a história da "Celebração do Coração Aquecido" e da "Festa de Dona Susana". *Interações, Cultura e Comunidade*, v. 9, n. 16, p. 350-373, 2014. Doi: https://doi.org/10.5752/P.1983-2478.2014v9n16p350.

Schünemann, R. *Do gueto à participação*: o surgimento da consciência sócio-política na Igre-ja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil entre 1960 e 1975. São Leopoldo: Sinodal, 1992. Disponível em: https://www.luterano.org.br/do-gueto-a-participacao-o-surgimento-da-consciencia-socio-politica-na-ieclb-entre-1960-e-1975/. Acesso em: 6 jun. 2025.

Sociedade Bíblica do Brasil. *Bíblia Sagrada*: Nova Almeida Atualizada. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2017.

Warburg, A. The Renewal of Pagan Antiquity. *In*: Didi Huberman, G. (org.). *Aby Warburg*: textos selecionados. São Paulo: Editora X, 2010. p. 45-78.